

ARMAS E CAMPO: PARTICIPAÇÃO CONTRARREVOLUCIONÁRIA CAMPONESA NA NICARÁGUA SANDINISTA¹

Fred Maciel²

Resumo: A Revolução Sandinista e seu vitorioso movimento insurrecional de julho de 1979 deu início a uma década de esperanças para grande parte da população vitimada por mais de quatro décadas de uma repressiva ditadura. Porém, setores não tão próximos do processo revolucionário também tiveram suas vidas influenciadas pelo governo da Frente Sandinista. E nesse caso encontravam-se os camponeses. Com suas realidades e modos de vida particulares, se viram em meio a um fogo cruzado de sandinistas e contrarrevolucionários, sendo “obrigados” a tomar posição em uma década de intensas transformações e conflitos na Nicarágua. No presente artigo buscaremos retratar a participação camponesa em referido período, especialmente sua contribuição com o movimento contrarrevolucionário e as motivações que os levaram a tal inclinação.

Palavras-Chave: Nicarágua; camponeses; Revolução Sandinista; contrarrevolução.

WEAPONS AND COUNTRYSIDE: PEASANT COUNTERREVOLUTIONARY PARTICIPATION IN SANDINISTA NICARAGUA

Abstract: The Sandinista Revolution and its victorious insurrecional movement of July 1979 initiated a decade of hope for much of the population victimized by more than four decades of a repressive dictatorship. However, sectors not so close to the revolutionary process also had their lives influenced by the Sandinista Front government. And in this case were the peasants. With their particular realities and lifestyles, found themselves amid crossfire of Sandinistas and counterrevolutionaries, being “forced” to take a position on a decade of intense changes and conflicts in Nicaragua. Thus, in the present article we will seek to portray the peasant participation in that period, especially their contribution with the counterrevolutionary movement and the motivations that led them to such inclination.

Keywords: Nicaragua; peasants; Sandinista Revolution; counterrevolution.

Após mais de quatro décadas de uma dura ditadura, comandada pela família Somoza, a década de 1980 na Nicarágua se iniciava com generalizado sentimento de

¹ O texto é decorrente do desenvolvimento de um ramo da pesquisa de mestrado em História. A dissertação foi defendida em agosto de 2013, com o título "Da montanha ao quartel: atuação e influência do Exército Popular Sandinista na Nicarágua" e sob orientação do Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre.

² Doutorando em História (FCHS-Unesp/campus Franca). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Endereço: R. Nuno Alberto, 1771, Centro, Franca/SP. E-mail: fredmaciel06@gmail.com

esperança por distintos setores sociais, antes descontentes com a marginalização política, econômica e social promovida pelo somozismo. A vitoriosa insurreição armada conduzida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), com seu ato final em 19 de julho de 1979, reuniu diferentes grupos nicaraguenses opostos à então situação vigente no país, incluindo desde trabalhadores urbanos, artesãos e estudantes até setores comerciais e empresariais. Incluída em tal frente heterogênea, ainda que de maneira não tão relevante, estava a população rural, setor que teria implicância muito mais significativa no cenário nicaraguense no decorrer dos anos 80.

O afã popular em torno da queda do regime somozista teve amplas repercussões nacionais e internacionais, fazendo com que o processo revolucionário nicaraguense inspirasse uma quantidade considerável de obras a respeito do fato. Contudo, grande parte dos trabalhos elaborados está vinculada muito mais com uma militância do que com uma análise crítica do período; uma literatura de combate e exaltação da Frente Sandinista e do sandinismo e, como apontou o pesquisador argentino Carlos Vilas (2005, p. 14), uma “literatura de trincheira muitas vezes escrita desde bem longe da trincheira”. Apesar de tal característica, ainda é possível analisar o caso de maneira aprofundada e crítica com a bibliografia existente.

A questão referente ao setor rural do país e à participação da população vinculada ao mesmo no processo revolucionário foi centro de debates durante a década tratada (1980), principalmente quando o chamado “país camponês” se viu entre dois fogos: de um lado, o sandinismo e seu projeto revolucionário; de outro, a contrarrevolução apoiada pelo governo estadunidense e sua oposição armada. Nesse sentido, buscaremos pontuar a respeito das estratégias sandinistas acerca da população camponesa, seus reflexos e a conseqüente considerável participação dos camponeses no movimento contrarrevolucionário, constituindo um dos cenários mais conflituosos durante o regime da Frente Sandinista.

Oposição armada: a Contra e o financiamento estadunidense

Antes de aprofundarmos a questão camponesa, é necessário expor a organização da contrarrevolução, suas origens e pontos de apoio, principalmente o governo dos Estados Unidos.

Após os momentos imediatos pós-Revolução Sandinista, no qual antigos membros da Guarda Nacional (única força armada durante a ditadura somozista e a

serviço dos interesses da mesma) e grupos associados ao somozismo se afastaram das principais zonas de influência do país e/ou se exilaram nos vizinhos centro-americanos, os primeiros movimentos de oposição iniciaram suas operações. Entre os anos 1980 e 1982, apenas ações esporádicas foram realizadas: poucos ataques armados desorganizados e sem tática ou estratégia definidas, basicamente efetuados por grupos de antigos membros da Guarda Nacional; organização essa cujo desmantelamento não aplacou totalmente a ânsia combativa e a “sede de vingança” de homens associados à mesma que, refugiados nos Estados Unidos, El Salvador ou acolhidos pela extrema direita guatemalteca, não tardariam em retornar ao serviço ativo (ROUQUIÉ, 1994, p. 204).

Três fatores devem ser tratados como centrais no exercício de análise da contrarrevolução na Nicarágua: a pretensão estadunidense de reverter o processo revolucionário sandinista; o sentimento de frustração e hostilidade de grupos oligárquico-burgueses frente à hegemonia da FSLN; e o rechaço a medidas da mesma FSLN e do governo sandinista por parte de setores significantes da região camponesa e da Costa Atlântica do país. O primeiro fator vinculava-se a uma ideia recorrente na segunda metade do século XX, a da ‘teoria da quarta fronteira’ estadunidense. De acordo com a mesma, a América Central seria encarada como território de domínio e direta influência do governo dos Estados Unidos³. O fantasma de um “novo Vietnã” conduziu a uma estratégia que pretendia passar a imagem da Nicarágua como país dividido (uma ruptura na unidade nacional), envolto em uma guerra civil, descontrolado (governo e FSLN estariam debilitados) e desorientado (sem alternativas reais para conduzir o país).

Mais do que isso, o triunfo da Revolução Sandinista e o aprofundamento da crise centro-americana redefiniram a política estadunidense na região, de modo que a Nicarágua passou a ser peça-chave para a estabilidade regional. Interessante pontuar a mudança na política externa estadunidense: no governo de Jimmy Carter (1977-1981), a dupla linha política centrava-se na defesa dos direitos humanos e na promoção de

³ Segundo alguns trabalhos e estudos, por décadas construiu-se um rígido sistema de controle sob a América Central e Caribe visando atender “interesses estratégicos e monopolizantes” dos Estados Unidos. Em artigo, afirmou o jornalista equatoriano Rodrigo Santillán Peralbo: “A Casa Branca não podia permitir que essas repúblicas [da América Central e Caribe] se tornassem independentes e começassem a construir sua própria história e também não iria consentir que persistisse nessas necessidades revolucionárias, porque a América Central foi declarada ‘a quarta fronteira dos Estados Unidos da América’, ao passo que toda a América Latina era seu ‘quintal’ e o Caribe seu ‘lago particular’”. Ver: SANTILLÁN PERALBO, Rodrigo. **La cuarta frontera** - Actividades de la CIA en América Central. Disponível em: <<http://marting.stormpages.com/lacuarta.htm>>. Acessado em 29/10/2012.

processos de democratização na América Latina, visando garantir a estabilidade na região, apoiando, assim, forças políticas consideradas moderadas na constituição de governos civis. Com a ascensão de Ronald Reagan à presidência (1981-1989), a prioridade era conter e enfrentar o “avanço comunista”, fazendo isso desde uma posição de força. A ampla regionalização do conflito leste-oeste teve suas consequências na América Central, com o reforço da rigidez com movimentos revolucionários e países caracterizados como “marxistas” (Cuba, Nicarágua e Granada), a identificação e apoio aos aliados internos na região e a prioridade na concessão de assistência econômica e de segurança (LOZANO, BENÍTEZ MANAUT, 1986).

Em consonância com essa visão estadunidense, a oposição desenvolveu-se de maneira progressiva em território nicaraguense. A conhecida terminologia “Contra” foi criada pela FSLN para indicar todo o movimento contrarrevolucionário, sendo chamados de ‘contras’ aqueles que trabalhavam para prejudicar ou destruir o processo revolucionário, por qualquer método⁴. Nos primeiros momentos de ação, até meados de 1981, os contrarrevolucionários somavam aproximadamente 1.000 homens armados no interior do país; a quantificação dos que estavam além das fronteiras nicaraguenses e começavam a se organizar era mais difícil de ser realizada, uma vez que os enfrentamentos e ações de inteligência do EPS ainda eram limitados.

Comumente indica-se que o primeiro grupo a formar-se foi a Legião 15 de Setembro (*Legión 15 de Septiembre* – L-15), basicamente composta pela cúpula da Guarda Nacional e da tropa de elite somozista (EEBI⁵), em 1980⁶. Reunida quase de maneira espontânea, assim como ocorreu com outros grupos contrarrevolucionários iniciais, a Legião 15 de Setembro promoveu suas primeiras ações armadas através principalmente da delinquência, como roubo de gado em regiões fronteiriças, sequestros, furtos e pequenas sabotagens em comunidades sandinistas. Ainda em 1980, o governo estadunidense, através de sua agência de inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), iniciou uma campanha para concentrar em território hondurenho todas as dispersas agrupações contrarrevolucionárias que surgiam (EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA, 1988, p. 1). Interessante ressaltar a escolha de Honduras, país

⁴ Entre si, os contrarrevolucionários se chamavam “comandos”, considerando pejorativa a denominação dada pelos sandinistas.

⁵ Em espanhol, *Escuela de Entrenamiento Básico de Infantería*.

⁶ De acordo com o pesquisador estadunidense Timothy C. Brown (2001), o primeiro grupo paramilitar organizado por ex-somozistas exilados foi “*Los Zebras*”, em Honduras em julho de 1979, composto por antigos membros da Guarda Nacional e civis; porém, suas ações se estenderam somente até o ano seguinte. Segundo Brown, a Legião 15 de Setembro estruturou-se em dezembro de 1979.

convertido pelos Estados Unidos em “Israel da América Central”, atuando como representante da política norte-americana na região. No ano seguinte, 1981, por meio da aliança entre CIA e membros do governo hondurenho (civis e militares), deu-se início à estruturação geral das forças contrarrevolucionárias, com a criação de bases e centros de treinamento. Para auxílio em tal operação, mercenários latino-americanos foram contratados, quase em sua totalidade de origem argentina. No fim de 1981, uma série de pequenas e médias organizações se funde para a formação da Frente Democrática Nicaraguense (FDN). Organizada em território estadunidense, mas tendo como base a região fronteira de Honduras, a FDN reuniu grupos que atuavam de forma independente a partir de Honduras, Costa Rica e Guatemala – destacamos principalmente o Exército de Libertação Nacional (ELN), União Democrática Nicaraguense-Forças Armadas Revolucionárias da Nicarágua (UDN-FARN) e Aliança Democrática Revolucionária da Nicarágua (ADREN), além da mencionada L-15.

O objetivo central, indiscutivelmente, era a reversão do projeto transformador sandinista. A criação de um diretório político para a FDN pretendia transmitir a imagem moderada e civilista do movimento contrarrevolucionário, de maneira a facilitar a canalização de ajuda financeira e logística dos Estados Unidos. De acordo com Enrique Bermúdez (1988, p. 58), principal líder militar contrarrevolucionário, o objetivo comum era a “libertação de nossa pátria de um governo totalitário e de forças estrangeiras”, sendo, para Bermúdez, os Estados Unidos a única esperança para a maioria dos nicaraguenses que se opunham às intervenções cubana e soviética.

A respeito do financiamento concedido pelo governo estadunidense, as referências diferem quanto aos valores exatos de referida ajuda, mas não eximem o papel decisivo da mesma no avanço e persistência do movimento contrarrevolucionário. Segundo Enrique Bermúdez (1988, p. 58), a ajuda financeira só começou em 1982, quando receberam em torno de US\$110 milhões, entre valores aprovados pelo Congresso estadunidense e quantias extraoficiais. Entre 1982 e 1990, foram enviados à Contra mais de US\$321 milhões, aprovados pelo governo dos Estados Unidos (POZAS PARDO, 2000, p. 163); sendo, ademais, coletados, entre os anos de 1985 e 1986, cerca de US\$55 milhões com governos aliados (Arábia Saudita, Taiwan, Brunei), multimilionários estadunidenses e através de desvios de verbas (o caso Irã-Contra foi o exemplo mais famoso⁷). Percebe-se então que os esforços para combater o projeto

⁷ O caso conhecido como ‘Irã-Contras’ alcançou repercussão mundial através de denúncias da imprensa estadunidense no fim de 1986. Por meio da mediação de Israel, o governo dos Estados Unidos vendeu

sandinista foram relevantes o suficiente para fazer com que grande parte do orçamento da Nicarágua fosse destinada exclusivamente à defesa. No fim da década, em 1989, os gastos nicaraguenses no setor ultrapassavam o valor de US\$177 milhões (CAJINA, 1996, p. 155). Na segunda metade da década de 1980, a partir do momento em que a direção da Contra percebeu a impossibilidade de avanços no campo militar, a estratégia de desgaste indireto (em especial no setor econômico e produtivo da Nicarágua) tornou-se o centro das ações contrarrevolucionárias.

De maneira geral, a contrarrevolução começou como um reagrupamento natural dos antigos membros da Guarda Nacional e, desse embrião, o governo estadunidense (inicialmente por meio da CIA) encontrou terreno fértil para oferecer apoio. Tratava-se de um grupo heterogêneo, porém, apesar da diversidade de elementos, se configurou como um só ator. Alicerçados não só na vontade da administração estadunidense, mas igualmente na ambição de retorno ao *status quo* do período somozista que fora perdido com a inserção do projeto político revolucionário, ditos opositores possuíam como referência de identidade, segundo seus próprios discursos⁸, o nacionalismo, a democracia e a religião. O caráter nacional e democrático indicado relacionava-se com a questão do atendimento de interesses dos múltiplos grupos e setores sociais do país, e não somente aos de um partido e de seus simpatizantes, como acusavam os líderes contrarrevolucionários. A religião era – e ainda é – traço marcante da sociedade nicaraguense; vincular-se a esse aspecto era compreensível e necessário para alcançar o maior número possível de nicaraguenses.

Nesse sentido, a base social da Contra era composta, primeiramente, pelos antigos participantes do regime somozista (pessoal e militares da Guarda Nacional e suas famílias, funcionários do governo deposto, etc.) e por “sócios” da família Somoza (empresários e detentores de propriedades que se beneficiavam de acordos econômicos estabelecidos com a ditadura então vigente). Gradativamente, se incorporaram a

armas ao Irã, alvo de embargo internacional bélico devido à Guerra Irã-Iraque (1980-88), conflito no qual Ronald Reagan apoiava o Iraque. Por sua parte, o governo iraniano buscava a liberação de reféns estadunidenses do grupo xiita Hezbollah, ligado ao Exército de Guardiães da Revolução Islâmica. No fim de 1985, o tenente-coronel Oliver North, membro do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, fez modificações no plano e passou a destinar parte dos lucros para financiamento da Contra. Em 1987, Reagan admitiu que a estratégia inicial era promover uma abertura nas relações com o Irã, mas deteriorou-se até o esquema ‘armas por reféns’.

⁸ Nos documentos e declarações da FDN e da RN constantemente era usado o lema “*Dios-Patria-Democracia*” (Deus-Pátria-Democracia). De acordo com o Estatuto da Resistência Nicaraguense, era dever de seus membros: “Promover o patriotismo, os interesses nacionais, a democracia, a justiça e o pleno respeito aos direitos humanos como conduta cívica fundamental”. Ver: RESISTENCIA NICARAGÜENSE. **Estatutos**. Managua: [s.n], 2011 e FRENTE DEMOCRÁTICA NICARAGÜENSE. **El libro azul y blanco**. Centro de Comunicaciones, FDN: [s.n], 1983.

hierarquia da Igreja Católica (resposta quase natural do traço conservador nicaraguense, oposto a grandes transformações sociais e políticas), demais profissionais e empresários reunidos no Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP – insatisfeitos com a estatização dos setores de produção e pelo rígido controle econômico imposto pela FSLN) e, por fim, camponeses e populações indígenas da Costa Atlântica (dois grupos que foram afetados em seu *modus vivendi* e, ao mesmo tempo, receberam pouca atenção do regime sandinista). Sobre esses últimos direcionaremos a análise a partir de agora.

País camponês, revolução e oposição

A região tratada e conhecida como “país camponês” na Nicarágua correspondia à fronteira agrícola nicaraguense: espaço no qual as terras e propriedades locais eram a unidade básica de produção, consumo e reprodução, fornecendo o básico da manutenção da economia, sociedade e política de referida região (MARTÍ I PUIG, 2001, p. 2). Ademais, também possuía uma dinâmica própria em seu *modus vivendi*, baseado principalmente em relações familiares e fortes vínculos com a comunidade local. De acordo com o pesquisador Salvador Martí i Puig (2001, p. 20):

The Peasant Country was a society of relationships based on mutual need in which power lay in the hands of those who held the most land and livestock and the greatest access to the market. This power was in turn based on the idea of personal sacrifice as a central element in personal progress⁹.

Tal realidade ainda tinha como referenciais lealdades locais em âmbito sociocultural e, principalmente, comercial, nas quais os laços clientelistas permeavam características particulares de solidariedade familiar e comunitária, intensa religiosidade, respeito à propriedade privada e autonomia (HORTON, 1998).

A atuação sandinista em referido cenário rural do país levou em consideração especialmente a questão de acesso à terra. Assim, um plano de reforma agrária foi elaborado e implementado ainda nos primeiros meses de governo da Frente Sandinista. No marco de uma estratégia econômica de tentativa de reativação nacional baseada na nacionalização do sistema financeiro e monopólio estatal do comércio exterior e parte

⁹ Tradução livre: “O País Camponês era uma sociedade cujas relações eram baseadas na necessidade mútua, em que o poder ficava nas mãos daqueles que mantinham mais terras, força na pecuária e o maior acesso ao mercado. Este poder era, por sua vez, baseado na ideia de sacrifícios pessoais como elemento central no progresso pessoal”.

do interior (MARTÍ I PUIG, 1997), foram planejadas e estabelecidas Áreas de Propriedade do Povo (*Areas de Propiedad del Pueblo – APP*), constituídas majoritariamente a partir de bens somozistas confiscados. Dessa forma, a tendência inicial era priorizar as APP nas mãos do Estado de maneira a formular uma política alimentícia que atendesse os setores sociais nicaraguenses. A proposta de reforma agrária indicava a pretensão da unidade nacional e hegemonia popular, gerando autoabastecimento alimentício, geração de divisas através do setor agroexportador e a organização social (e política) da produção (Cf. Lei de Reforma Agrária, Decreto n.782 de 19 de julho de 1981).

É inegável que tais medidas trouxeram benefícios para setores camponeses antes distantes do acesso à terra, trazendo melhorias à qualidade de vida de parcelas populares ao mesmo tempo em que a produção do país era novamente impulsionada por meio da agricultura. Contudo, essas mesmas ações sandinistas não levaram em consideração realidades locais e estruturas específicas de regulação interna do campo. Segundo Salvador Martí i Puig (2001, p. 3), o “tendão de Aquiles” do projeto revolucionário era conseguir lidar com os grupos camponeses no interior do país que certamente queriam compartilhar das esperanças de mudança (especialmente quanto à situação de pobreza), mas com diferentes atitudes e demandas. Diante de tal cenário se configurariam as disputas políticas e sociais que envolveram o país camponês no movimento contrarrevolucionário.

Alguns elementos são importantes para compreender a dinâmica local da região rural nicaraguense. Primeiramente, a *comarca*, comunidade local e pilar principal da vida civil camponesa. Era na *comarca* que o desenvolvimento social e econômico dos grupos camponeses era sentido e servia como referência à organização daqueles nicaraguenses. Tão importante quanto a *comarca* era a percepção da rede de intermediação que o mundo rural representava. Além do próprio camponês e sua unidade familiar, outros “personagens” possuíam significativa relevância: os *finqueros*, homens com pouca educação formal, mas líderes das *comarcas* e símbolos da classe média rural (MARTÍ I PUIG, 2001, p. 19), residentes locais de longa data com grandes propriedades e com camponeses trabalhando nas mesmas. Esses últimos trabalhadores eram os chamados *colonos*, camponeses sem propriedade ou casa que estabeleciam uma relação clientelista e paternalista com os *finqueros*. Além desses mencionados, a mediação entre a comunidade e o “mundo” era realizada por três elementos igualmente relevantes no cenário camponês: o *patrón* (dirigente de uma propriedade ou empregador

de camponeses, em muitos casos exercido pelo *finquero*), o mercado (e sua extensa rede de contatos e negociações pela qual os camponeses comercializavam os produtos que cultivavam) e a Igreja (elo de identidade cultural entre os camponeses e fonte de influência para visões de mundo pessoais). Importante ressaltar que as relações (por vezes de subordinação) estabelecidas entre tais personagens/elementos e os camponeses não necessariamente eram antagonistas. Como pontuou Martí i Puig (2001, p. 20), no campo, a identidade de ocupação era muito mais forte do que uma possível identidade de classe; ou seja, baseadas em lealdade, respeito pelo mais forte (social, política e economicamente falando) e assistência paternalista deste último com o mais fraco, as relações interpessoais camponesas envolviam o reconhecimento da condição e a busca por suprir as necessidades econômicas e sociais da comunidade, mais do que simples possíveis vínculos ideológicos.

É importante salientar que o chamado “país camponês” nicaraguense poderia englobar não apenas a região da fronteira agrícola do país, mas igualmente aquelas distantes social e culturalmente da zona urbana da capital Manágua. Assim, quando nos referimos ao campesinato levamos em consideração todos os nicaraguenses habitantes da zona rural que historicamente sempre estiveram alheios ao processo político dominado pelas grandes oligarquias e famílias tradicionais da Nicarágua. Porém, apesar disso, também se mostra necessário elucidar a distinção entre os camponeses pobres, possuidores de pequenas propriedades rurais que, com relativa autonomia, promoviam sua subsistência com base na economia familiar, e os proletários agrícolas, *colonos* (como abordado anteriormente) destituídos de terras e submissos a grandes proprietários rurais. Tal proletariado agrícola, por vezes trabalhadores sazonais e moradores de pequenas cidades do interior nicaraguense, foram o elo mínimo do vínculo da FSLN e suas políticas com o setor rural, constituindo mais um grupo no heterogêneo e amplo projeto insurrecional revolucionário sandinista, ainda que a maioria dos mobilizados fosse associada a setores urbanos.

Nesse cenário, o governo sandinista e sua estratégia de implementação de cooperativas no setor rural nicaraguense progressivamente foram gerando descontentamentos nos camponeses historicamente organizados na estrutura sociopolítica acima descrita. O projeto de difusão da organização produtiva popular em cooperativas foi extensivamente utilizado pela FSLN no início da década de 1980. No ano seguinte ao sucesso insurrecional, 1980, o país contava com 2.647 cooperativas

(incluindo os coletivos de trabalhadores e grupos pré-cooperativas), aglutinando em torno de 77.400 membros (MARTÍ I PUIG, 2001, p. 13).

Porém, mais do que a simples organização da população em cooperativas, as consequências de tal medida e o rechaço às tradicionais unidades camponesas tiveram reflexo no gradativo apoio de setores rurais ao movimento contrarrevolucionário. No campo, a referência do Estado passou a ser ditas cooperativas e não a *comarca* ou a unidade familiar, desconsiderando fatores culturais e organizacionais locais próprios. Como exemplo, a Frente Sandinista indicou membros partidários de regiões urbanas para coordenarem programas no campo, ignorando líderes locais já existentes e a linguagem apropriada para tal.

Outros contrassensos foram igualmente aplicados, evidenciando erros estratégicos na percepção e no projeto sandinista relacionado ao “país camponês”. Na esfera comercial, a FSLN buscou eliminar o ‘intermediário’, considerando-o explorador do trabalhador rural; contudo, tal figura era central no processo comercial camponês, responsável por colocar a família em contato com a *comarca*, a *comarca* com o município e este com outras regiões. Além das confiscações de terra para a reforma agrária, que muitas vezes não atentavam para o contexto social local e desapropriavam camponeses de terras compradas com esforços próprios por associá-los a benéficos advindos do regime somozista, gerando desconfiança e medo na sociedade rural com um todo.

Um fator considerado preponderante no descontentamento camponês foi o recrutamento forçado de jovens e adultos para o programa de serviço militar obrigatório (Serviço Militar Patriótico – SMP), compondo unidades do Exército Popular Sandinista, de milícias e batalhões de luta irregular. Ao serem tirados de suas respectivas unidades familiares de produção, tais homens comprometiam o sustento e ganhos econômicos da família e da comunidade, afetando a manutenção de um quadro social já descrito e um sistema local de vida. Como indicou Salvador Martí i Puig (2001, p. 27): “*The displacement of peasants to areas far from their homes constituted an attack on their collective sense of belonging and their system of production*¹⁰”. Porém, referidos recrutamentos forçados não era exclusividade dos sandinistas: grupos armados contrarrevolucionários aumentavam suas fileiras com ameaças, intimidações e

¹⁰ Tradução livre: “O deslocamento de camponeses para áreas distantes de suas casas constituía um ataque em seus respectivos sentidos coletivos de pertencimento e sistema de produção”.

sequestros¹¹. A estratégia destes era criar boatos para ampliar o medo dos camponeses com relação às medidas governamentais e o assentimento acerca da situação da segurança estatal, apresentando-se como amparo e protetores dos camponeses.

A partir de tais desenvolvimentos no cenário nacional e das consequências refletidas na zona rural nicaraguense, grande parte dos camponeses parecia “convencida” de que a revolução estava contra eles, suas famílias e sua economia (MARTÍ I PUIG, 2001, p. 28). Contudo, era igualmente perceptível que estavam entre dois fogos, como aponta o relato de um camponês no período (HORTON, 1998, p. 184): “*There were two paths. You went on their side [sandinistas] or you went into the Resistense or you were killed*”¹².

A opção pela via armada no campo remonta aos grupos milicianos de oposição ao regime somozista, as chamadas MILPAS (*Milicias Populares Anti-Somocistas*), que lutaram ao lado da FSLN na insurreição antiditatorial. Ainda em 1979, veteranos milicianos descontentes com os novos programas políticos aplicados na região nicaraguense do Pacífico (onde está localizada a capital Manágua e os principais centros urbanos) que refletiriam no campo reorganizam as milícias, novamente conhecidas como MILPAS (então *Milicias Populares Anti-Sandinistas*). A oposição principal era ao rearranjo das propriedades rurais, transformadas em “aldeias armadas”, segundo os mesmos (BROWN, 2001, p. 16). Tais grupos relutavam em aceitar a autoridade central da FSLN, ressentidos por não receberem parcelas de poder ou ajudas materiais como esperavam, além de sentirem suas aspirações econômicas e status local ameaçados pelas intervenções sandinistas. Militarmente eram praticamente insignificantes, quando em 1982 se integraram às forças contrarrevolucionárias financiadas pelos Estados Unidos, transformando-se em importantes intermediários entre os antigos membros da Guarda Nacional e a população rural, ajudando também na tentativa de legitimação da Contra como “protagonistas da luta camponesa” (HORTON, 1998, p. 96).

A aliança entre as MILPAS e os distintos grupos paramilitares (destacava-se principalmente o já citado grupo liderado por Enrique Bermúdez, *Legión 15 de Septiembre*) originou a coalizão que seria sinônimo da contrarrevolução: a *Fuerza Democrática Nicaragüense* (FDN). De acordo com o pesquisador estadunidense Timothy C. Brown (2001), obstáculos existentes à aliança entre as MILPAS e ex-

¹¹ Segundo Lynn Horton (1998, p. 181), entre 1980 e 1987 quase 7.000 camponeses foram sequestrados e incorporados a unidades militares contrarrevolucionárias.

¹² Tradução livre: “Havia dois caminhos. Você ia para o lado deles [sandinistas] ou entrava para a *Resistencia* ou era morto”.

Guardas Nacionais como o anterior caráter antissomozista das milícias rurais e a oposição à cultura dos nicaraguenses do Pacífico (origem de quase todos os ex-membros da força armada somozista) foram contrapostos pelo apoio e financiamento externo, especialmente dos Estados Unidos. Estima-se que em meados de 1982, os contrarrevolucionários somavam em torno de 3.700 combatentes, além de mais de 6.000 auxiliares (BROWN, 2001). Após a aliança com os *milpistas*, mais de 10.000 homens estavam reunidos na FDN. O comando e a “fachada” do movimento contrarrevolucionário era de uma organização de antigos soldados somozistas, mas seu corpo principal e suporte era composto por milicianos camponeses: “*Without the MILPAS and their campesino supportes, the Guardia could not have survived as guerrillas among the highlanders*”¹³ (BROWN, 2001, p. 91).

A estrutura organizacional do movimento contrarrevolucionário associado aos grupos camponeses poderia ser mais bem compreendida como uma coalizão unificada e hierárquica, com pequenas pirâmides, cada uma correspondente a uma *comarca*, com as tropas combatentes (*comandos*, como se autodenominavam) nos respectivos topos. E, sempre que possível, uma unidade era muito mais ativa militarmente se estivesse na ou próxima da comunidade local dos *comandos* (BROWN, p. 92-93). No auge do confronto com o governo sandinista a FDN possuía centenas dessas pirâmides. Estruturas que, como afirmado, tinham os *comandos* no topo; abaixo deles, havia os *correos*, os “olhos e ouvidos da *Resistencia*”, intermediários diretos entre as tropas e as comunidades que realizavam as ligações locais e regionais para a *Contra*¹⁴. Sequencialmente nas pirâmides, as *comarcas* “clandestinas”, comunidades criadas ou convertidas especialmente para dar suporte à contrarrevolução. Por fim, a base popular, militantes de apoio que forneciam assistência direta com comida, roupas, abrigo, transporte, inteligência local, assistência médica, etc.; e, na base das pirâmides, os camponeses simpatizantes, muitos dos quais já descontentes com as medidas promovidas pelo governo da FSLN. De maneira geral, como indicou Timothy C. Brown (2001), uma confederação de rebeliões locais.

Analisando factualmente o desenvolvimento da questão rural no decorrer da década de 1980, nos parece que a posição dos camponeses era por vezes contraditória: havia a simpatia de setores por aspectos do programa de governo da FSLN,

¹³ Tradução livre: “Sem as MILPAS e seus apoios camponeses, os ex-Guardas Nacionais não poderiam ter sobrevivido como guerrilha no meio das regiões rurais”.

¹⁴ De acordo com dados de Timothy C. Brown (2001), estima-se que havia um *correo* para cada 2,5 *comandos*, totalizando em torno de 6.000-7.000 *correos* e cerca de 17.000 *comandos*.

principalmente a reforma agrária; porém, também era presente o distanciamento do sandinismo pela dependência econômica e ideológica com as elites locais. Assim, a esperança de mudanças (por mais que progressivamente se convertessem em frustrações) estava aliada às dúvidas sobre a viabilidade do modelo sandinista (HORTON, 1998, p. 126). Isso porque o projeto estatal aplicado e suas consequências então perceptíveis no país camponês transformavam-se em considerável obstáculo ao apoio por parte da população rural nicaraguense, muito mais do que os direcionamentos políticos e ideológicos da direção sandinista.

O controle econômico, por exemplo, era fator determinante no descontentamento camponês, uma vez que estavam habituados a negociar livremente seus produtos e a ter os preços vinculados ao mercado local. Com a ascensão sandinista, medidas foram tomadas para tentar controlar a crise econômica que assolava o país, especialmente nas áreas urbanas, centros comerciais da Nicarágua. Para tanto, por vezes, o setor rural foi colocado em detrimento com relação à população urbana. Com a criação da Empresa Nicaraguense de Alimentos Básicos (ENABAS), os camponeses só podiam vender suas produções a tal empresa estatal, que controlava rigidamente os preços em benefício da distribuição em condições favoráveis à população urbana. Mas não apenas com a produção agrícola se exercia o controle: empréstimos, ferramentas de trabalho, bens de consumo e demais possíveis aquisições da população rural eram igualmente controladas por instituições governamentais, que estipulavam preços e quando se podia comprar e/ou vender. As queixas de perda de liberdade por parte dos camponeses foram recorrentes; o pesquisador Lynn Horton (1998, p. 159) reproduziu uma destas: *“Under the dictatorship you could by a pair of shoes when you wanted, not when they told you. We’re poor, but we’re used to buying things when we have money¹⁵”*.

A própria direção sandinista indicava que um dos objetivos prementes no início da década de 1980 era recuperar economicamente o país e buscar perder a extrema dependência estrangeira então existente: *“Our aim is economic independence¹⁶”* (MARTÍ I PUIG, 2001, p. 11). Contudo, como apontamos, para os camponeses, o comércio tradicional no campo, com suas diferentes funções de socialização e desenvolvimento e baseado em relações interpessoais, não poderia ser simplesmente

¹⁵ Tradução livre: “Durante a ditadura você podia comprar um par de sapatos quando você queria, não quando eles te diziam. Nós somos pobres, mas estamos acostumados a comprar as coisas quando nós temos dinheiro”.

¹⁶ Tradução livre: “Nosso objetivo é a independência econômica”.

substituído por uma rede nacional de instituições especializadas administradas por pessoas que não conheciam aquela realidade.

Indicadas como símbolo da “superação do atraso” das tradicionais unidades camponesas, as cooperativas tiveram relevante peso político no setor rural, mas sempre administrativamente baseadas em uma perspectiva mais característica às regiões urbanas nicaraguenses, onde se situavam os órgãos políticos e diretivos da FSLN. Nesse sentido, era efetuada uma análise distorcida da realidade camponesa, quase sempre generalizando e superpolitizando todos os aspectos e elementos locais.

Mais do que isso, a resistência camponesa – associada à percepção de uma identidade comum, com redes de relacionamentos familiares, comunitários e clientelistas – envolvia também um conflito de visões de mundo distintas, percepções muito diferentes da representação do projeto revolucionário sandinista e das necessidades do setor rural. O quadro a seguir, reproduzido na obra de Lynn Horton (1998, p. 142-143), expõe as visões sandinista e antissandinista em determinadas questões de acordo com moradores de Quilalí, região rural que ainda possuía presença da FSLN.

Visões de mundo sandinista e antissandinista em Quilalí

	Sandinistas	Antissandinistas
Igualdade	Apoio a uma maior igualdade rural; governo da FSLN era o primeiro na história nicaraguense a se preocupar verdadeiramente com os pobres	“Ricos precisam dos pobres e pobres precisam dos ricos”; um grau de hierarquia rural era necessário e aceitável
Reforma Agrária	Justificada quando referida a terras adquiridas ilegalmente ou de forma antiética, e como necessidade aos camponeses sem terra; fundamental para a consolidação de um apoio camponês	<i>Finqueros</i> e camponeses médios geralmente contrários à reforma agrária, campesinato pobre dividido; reforma agrária sandinista criticada por sua natureza política assim como pelas tarefas de defesa e trabalho coletivo exigidas
Agricultura coletiva (cooperativas)	Não era a primeira opção, mas camponeses estavam dispostos a tentar; visto como necessária nos tempos de guerra bem como para autodefesa	Preferência pelo trabalho individual e dentro da família e redes sociais comunitárias
Lideranças da FSLN e Contra	Liderança da Contra formada por membros ressentidos de setores abastados que enganavam os camponeses pobres na luta por seus próprios interesses; ex-Guardas Nacionais desempenhavam papel fundamental	Contrarrevolucionários liderados por camponeses do norte; líderes da FSLN eram “forasteiros” urbanos oportunistas
Intervenções econômicas do Estado	Geralmente, visão positiva do papel do Estado na economia para garantir uma maior igualdade e promover metas econômicas nacionais	Oposição às medidas de racionamento da FSLN, aos controles sobre a compra e venda das colheitas e escassez de produtos
Militarização	Guerra em grande parte como resultado da agressão dos EUA e da Guarda Nacional; conflito inibia a	FSLN gerava conflitos nas então harmoniosas comunidades; sandinistas responsáveis por trazer a

	FSLN de beneficiar a população tanto quanto gostaria/preteria	guerra para o ambiente rural e por mortes e destruições subsequentes
Nacionalismo	Visão negativa da atuação do governo estadunidense em relação à Nicarágua; disposição em lutar pela defesa da soberania nacional nicaraguense	Governo dos EUA considerado como “grande amigo” da Nicarágua; busca pela acomodação e não pelo confronto; luta pela liberdade e dignidade dos camponeses

Fonte: HORTON, Lynn. *Peasants in arms: war and peace in the mountains of Nicaragua, 1979-1994*. Athens, OH: Ohio University Center for International Studies, 1998. p. 142-143.

Pelos dados apresentados, podemos perceber que a questão camponesa e o conflito ao redor da mesma eram muito mais complexos do que a própria Frente Sandinista talvez esperasse. O amplo e abrangente projeto político sandinista chocava-se com uma sociedade rural consideravelmente distinta daqueles grupos populares predominantemente urbanos que, segundo Carlos Vilas (1986), configuraram o “sujeito popular da revolução”. Contudo, como já indicamos, essa noção pode ser relativizada, uma vez que, apesar de uma possível predominância urbana, a presença de outros setores foi igualmente importante na heterogênea constituição do projeto sandinista. Para os camponeses, a ideia de nação e pátria parecia muito abstrata e distante da realidade comunitária, competindo com o quadro de lealdades locais (sociais, políticas e econômicas) que eram bem mais próximas e perceptíveis. Nessa perspectiva de nacionalismo x família local e lealdades comunitárias, a Contra buscou angariar simpatizantes e mobilizar camponeses na luta contra o regime sandinista. Se a FSLN possuía um discurso nacionalista e de uma “ampla classe” nicaraguense, a Contra, por sua vez, defendia, perante o campesinato, uma coalizão multiclassista e a permanência de uma identidade camponesa “comum” contra a ideologia “externa” dos sandinistas. E justamente nesses discursos encontramos um dos motivos da tendência camponesa em direcionar seu apoio à contrarrevolução.

Em referido conflito de interesses, a opção (em não poucas vezes forçosa) por apoiar e/ou escolher um “lado”, em especial o contrarrevolucionário, era igualmente influenciada diretamente pelo aspecto local e familiar. Como expôs Lynn Horton (1998, p. 186):

For many young peasants the decision to take up arms with the Contras was not an entirely individual decision, but rather was strongly influenced by their position in the family hierarchy – that is, the emotional and economic authority that older male relatives exercised over them¹⁷.

¹⁷ Tradução livre: “Para muitos camponeses jovens, a decisão em pegar em armas junto com os Contras não era uma decisão inteiramente individual, mas sim bastante influenciada por suas posições na

Tal situação era mais comum em famílias camponesas pobres, cujos membros ainda eram quase inteiramente dependentes de outros camponeses mais ricos (*finqueros* e *patrones*). Além disso, a pressão da comunidade (*comarca*) era fator preponderante no possível apoio aos contrarrevolucionários.

Ao chegarmos nesse ponto, podemos questionar os móveis de referida mobilização contrarrevolucionária: lutavam pela democracia? Ou pelo fim da presença/interferência da FSLN e seus militantes no interior do país? Uma das grandes debilidades do movimento contrarrevolucionário era a ausência de um programa político bem definido, com estratégias e objetivos traçados. Nesse sentido, nos parece que a posição dos camponeses estava mais próxima de uma oposição à ingerência nos aspectos e na cultura locais do que um direcionamento político e ideológico bem definido. Ao perceber tal descontentamento no setor rural, os grupos contrarrevolucionários já estabelecidos buscaram aproveitá-lo em proveitos próprios, transformando o campesinato em relevante grupo de pressão no período. Interessante notar o ponto de vista tanto dos sandinistas quanto dos contrarrevolucionários a respeito do “país camponês”: para Jaime Wheelock, ministro da Agricultura e Reforma Agrária durante o regime sandinista, três foram os fatores que prejudicaram o projeto revolucionário no campo: o caráter extremamente tradicional da sociedade camponesa, com sua cultura patriarcal e católica; a não aceitação dos representantes sandinistas locais, vistos como ilegítimos; e o medo disseminado pelas expropriações da reforma agrária, em que os camponeses sentiam suas terras ameaçadas (FERRERO BLANCO, 2007, p. 28). O líder contrarrevolucionário Enrique Bermúdez (1988), por sua vez, indicou que o apoio camponês ao movimento de oposição ao regime da FSLN era resultado das ações dos próprios sandinistas, que “forçavam” o campesinato a lutar. No ponto de vista de Bermúdez, existia no setor rural um desprezo pelo regime sandinista, uma vez que o mesmo afetava valores culturais e identitários locais.

A perspectiva do posicionamento de oposição e da opção armada como autodefesa nos parece mais adequada para a compreensão da ligação de significativos setores do “país camponês” com a contrarrevolução. Logicamente que a consciência camponesa não era rígida e fixa; quantitativamente consideráveis em relação à população total nicaraguense, os camponeses possuíam um pensamento dinâmico e

hierarquia familiar – isto é, a autoridade emocional e econômica que os familiares homens mais velhos exerciam sobre eles”.

variável em seu interior social, o que impossibilita uma generalização. Assim, como já apontamos, existia a simpatia por determinadas medidas sandinistas e até a presença de militantes político-partidários nos setores rurais. Porém, a ajuda econômica, por exemplo, não necessariamente redundou em apoio político dos camponeses, que pareciam estar mais próximos à Contra por uma complexa rede de simpatias, laços familiares e medo (HORTON, 1998, p. 249). Como afirmou Salvador Martí i Puig (2007, p. 95), o projeto sandinista acabou não propondo um desenvolvimento do campo, mas sim se tentou organizar o campesinato a partir de um movimento organizativo concebido e dirigido da cidade, do setor urbano. O conflito armado, desenvolvido e articulado especialmente nas zonas rurais, havia (quase forçosamente) conduzido à manifestação do “país camponês”, setores rurais até então marginalizados histórica e geograficamente.

Considerações finais

O conflito quase generalizado entre as forças sandinistas e seus opositores teve números impressionantes levando-se em consideração a realidade de um pequeno país centro-americano, ainda baseado essencialmente na agricultura. Na metade da década de 1980, mais de 7.000 contrarrevolucionários armados estavam em território nicaraguense, cerca de 6.000 em Honduras e quase 1.000 na Costa Rica (LÓPEZ, 1986, p. 14), desconsiderando os simpatizantes e a extensa rede de colaboradores. Em 1985, em discurso proferido em uma conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), Daniel Ortega informou que 7.500 nicaraguenses já haviam morrido como consequência da agressão externa, além de mais de 5.000 feridos, chegando a quase 31.000 mortos no fim da década (HORTON, 1998, p. 201). No mesmo ano, em declarações para o jornal *Barricada* (periódico dirigido pela própria Frente Sandinista), Humberto Ortega declarou que a Contra havia sofrido até então 5.649 baixas, sendo 4.608 mortos, 541 feridos e 500 capturados; o EPS, por sua vez, segundo Ortega, teve até dito intervalo 1.143 baixas; ademais, 1.560 civis também foram vítimas do conflito. Nesse mesmo período, estima-se que o total de mobilizados na guerra, direta e indiretamente, pelo regime sandinista foi em torno de 200.000 pessoas; sendo, além disso, cerca de 250.000 camponeses deslocados de suas terras de origem devido à guerra entre sandinistas e seus opositores (LÓPEZ, 1986).

Percebe-se então que a guerra, o conflito armado, era apresentada como argumento (LÓPEZ, 1988, p. 16-17), em função principalmente do “fantasma” da invasão externa e da indicada justa necessidade de defesa como justificativa para sacrifícios das massas populares. E nesse quadro encontravam-se os camponeses, entre um fogo cruzado de dois grupos disputando o poder político. Sabe-se que o EPS estava organizado e preparado para defesa contra uma invasão direta, e talvez não contra guerrilhas nas regiões montanhosas do país. Com sua estrutura concentrada em Manágua e cidades importantes da região do Pacífico (HORTON, 1998, p. 122), em determinado momento, com a agudização do conflito, o governo sandinista não parecia saber distinguir quem era contrarrevolucionário e quem era apenas camponês descontente (FERRERO BLANCO, 2007).

A situação de guerra quase permanente foi um dos fatores principais da derrota sandinista nas eleições de 1990, mas os erros administrativos não devem ser desconsiderados. No fim da década de 1980, o frágil e segmentado Estado nicaraguense já não era capaz de responder efetivamente às novas e persistentes demandas sociais e conter a recessão econômica. A saída através das negociações foi a única alternativa viável para evitar o prolongamento dos conflitos e buscar a recuperação da já cansada sociedade nicaraguense.

Em mais de uma década, o regime sandinista buscou implementar mudanças radicais no plano político e econômico da Nicarágua, e tais medidas, por inúmeras vezes, foram realizadas à custa da população, principal personagem na vitoriosa insurreição de 1979 e esperançosa em presenciar melhorias em suas condições de vida assoladas por um duro período autoritário que ultrapassou quatro décadas. O campesinato e suas realidades locais, desconhecidos de grande parte dos governantes e sociedade residentes na região urbana do país, se viram envolvidos em um projeto que subestimou suas características socioeconômicas e culturais particulares.

Não podemos desconsiderar que, pela primeira vez na história nicaraguense, camponeses tiveram acesso a serviços estatais de educação e saúde; porém, isso também foi considerado uma espécie de controle sobre os mesmos, antes inexistente, e igualmente inaceitável para o setor camponês. Nesse sentido, pode-se considerar que o programa e projetos de desenvolvimento propostos pela FSLN romperam a identidade cultural, social e econômica dos camponeses, historicamente construída e estabelecida; identidade esta em que os laços pessoais eram mais importantes que os institucionais (MARTÍ I PUIG, 2001, p. 36).

Assim, o que veio a ser considerada a contrarrevolução camponesa, liderada por comandantes oriundos do campesinato, tinha por objetivos recuperar o território perdido (material e simbolicamente falando), eliminar a influência direta do regime sandinista e alcançar a satisfação das demandas camponesas (MARTÍ I PUIG, 2001, p. 35). Contudo, muito mais do que um movimento político e ideológico contrarrevolucionário, a luta camponesa era pelo retorno à antiga ordem no campo. Como indicou Salvador Martí i Puig (2001, p. 37): “*It was this feeling of impotence and fury at seeing their world dismantled that was one of the principal detonators in the peasants’ reaction to the Sandinista administration*”¹⁸.

Portanto, o direcionamento de inúmeras ações camponesas a favor do movimento contrarrevolucionário pode ser considerado uma questão de sobrevivência, não de inclinação política. Sob o fogo cruzado de dois setores que promoviam pressões visando apoio, e conseqüente se utilizavam da força para tal (violência, tortura, assassinatos), o “país camponês” foi obrigado a definir uma posição. E diante de um quadro no qual o *modus vivendi* camponês era constantemente violado pelo governo sandinista, a maior colaboração com os contrarrevolucionários era compreensível. Em suma, uma revolução que se iniciou com um combate heterogêneo assistiu tal heterogeneidade transferir-se para as demandas sociais e econômicas, e a tentativa de implantação de um projeto de alcance nacional afetou até mesmo setores antes praticamente alheios ao programa insurrecional sandinista. Para os camponeses, menos do que uma revolução, o regime sandinista foi uma mudança de guarda do palácio (BROWN, 2001, p. 207); a comunidade local e seu universo eram mais importantes e, entre a crise e a agressão, o campesinato lutou por sua manutenção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMÚDEZ, Enrique. The Contras’ Valley Forge: How I View the Nicaraguan Crisis. In: *Policy Review*. Stanford, CA, Hoover Institution, 1988. p. 56-63.

BROWN, Timothy C. *The Real Contra War: highlander peasant resistance in Nicaragua*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2001.

CAJINA, Roberto. *Transición y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995*. Managua: CRIES, 1996.

¹⁸ Tradução livre: “Foi este sentimento de impotência e indignação ao ver seu mundo desmantelado um dos principais detonadores da reação camponesa à administração sandinista”.

EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. *Manual de las fuerzas contrarrevolucionarias*. Managua: Dirección de Inteligencia Militar, EMG: 1988.

FERRERO BLANCO, María Dolores. A los veintisiete años de la Revolución Sandinista (1979-2006). In: *Revista Pueblos*, Madrid, 2007.

FRENTE DEMOCRÁTICA NICARAGÜENSE. *El libro azul y blanco*. Centro de Comunicaciones, FDN: [s.n], 1983.

HORTON, Lynn. *Peasants in arms: war and peace in the mountains of Nicaragua, 1979-1994*. Athens, OH: Ohio University Center for International Studies, 1998.

LÓPEZ, Ivan. Nicaragua – bajo el fuego. In: *Correo Internacional*, n. 18, Buenos Aires, 1986. p. 14-22.

LOZANO, Lucrecia; BENÍTEZ MANAUT, Raúl. De la contención pasiva a la guerra de baja intensidad en Nicaragua. In: *Cuadernos Políticos*, número 47, México D.F., Editorial Era, julho-setembro de 1986.

MARTÍ Y PUIG, Salvador. *¿La última rebelión campesina? – Revolución y contrarrevolución en Nicaragua, 1979-1987*. Dissertação de Mestrado em História Latinoamericana. Universidad Internacional de Andalucía – La Rábida, 1997.

_____. *The origins of the peasant-contrarebellion in Nicaragua*. Londres: Institute of Latin American Studies, University of London, 2001.

POZAS PARDO, Víctor Santiago. *Nicaragua (1979-1990), Actor singular de las Relaciones Internacionales en el final de la Guerra Fría*. Tese de Doutorado. Universidad del País Vasco, Departamento de Derecho Internacional Público, Relaciones Internacionales e Historia del Derecho, Leioa, 2000.

RESISTENCIA NICARAGÜENSE. *Estatutos*. Managua: [s.n], 2011.

ROUQUIÉ, Alain. *Guerras y paz en América Central*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

SANTILLÁN PERALBO, Rodrigo. *La cuarta frontera - Actividades de la CIA en América Central*. Disponível em: <<http://marting.stormpages.com/lacuarta.htm>>. Acessado em 29/10/2012.

VILAS, Carlos. *Nicarágua hoje: análise da Revolução Sandinista*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *El legado de una década*. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005.

Artigo recebido em 13/8/2013
Artigo aceito em 5/12/2013